

**O RELATO AMBIENTAL NAS EMPRESAS PORTUGUESAS
COTADAS DE 2005 A 2010**

Carlos Mata

Professor Adjunto da Escola Superior de Ciências Empresariais do
Instituto Politécnico de Setúbal
Doutorando em Gestão especialidade de Contabilidade
Setúbal – Portugal

Ana Fialho

Professora Auxiliar da Universidade de Évora
Doutorada em Ciências Económicas e Empresariais
Évora – Portugal

Teresa Eugénio

Professora Adjunta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria,
Instituto Politécnico de Leiria
Doutorada em Gestão
Leiria – Portugal

Área Temática: H) Responsabilidade Social Corporativa

Palavras-Chave: Relato Ambiental; Fatores Determinantes; Análise Conteúdo;
Portugal.

O RELATO AMBIENTAL NAS EMPRESAS PORTUGUESAS COTADAS DE 2005 A 2010

Resumo

Este estudo tem como principal objetivo avaliar o nível de relato ambiental, pós adoção das *International Accounting Standard* (IAS), das empresas cotadas no PSI20 e identificar os determinantes desse relato. Para o estudo empírico selecionou-se uma amostra de 10 empresas cotadas durante o período de análise: de 2005 a 2010. Os resultados demonstram que, em geral, as empresas aumentaram o nível de relato ambiental obrigatório (IRO) e voluntário (IRV) ao longo do período. Relativamente aos fatores determinantes do relato de informação ambiental estudados, constatou-se que as variáveis sector de atividade e internacionalização (vendas internacionais) são estatisticamente significativas para a variável dependente IRO. Para a variável dependente IRV os fatores determinantes são diferenciados ao longo dos anos.

1.Introdução

A informação de carácter ambiental tem motivado o crescente interesse das empresas, da comunidade académica, dos organismos de regulamentação contabilística entre outros (Mathews, 1997, 2003 e 2004; Gray, 2002; Deegan, 2002; Parker, 2005; 2011).Algumas organizações expressam a sua preocupação com a Contabilidade Social e Ambiental enquanto forma de gestão dos riscos de reputação em resposta às pressões da comunidade envolvente, a interesses e pressões institucionais, ou seja, demonstram uma estratégia reativa face ao exterior (Parker, 2011).

O relato ambiental corresponde ao relato relacionado com a atitude política da empresa, as suas práticas perante o impacto ambiental, as emissões de resíduos, a poluição, a recuperação do ambiente, os passivos e ações ambientais(Campbell, 2004).O relato de informação ambiental nas organizações pode ser de carácter obrigatório ou voluntário (Monteiro e Guzmán, 2010). As informações ambientais de carácter obrigatório, são exigidas pela legislação (leis ou regulamentos), as voluntárias são resultantes de diretrizes ou recomendações (Cormier e Magnan, 2003).

Este estudo tem como objetivo geral avaliar o nível de divulgação de informação ambiental, pós adoção das *InternationalAccounting Standard* (IAS), das empresas cotadas no PSI20. Deste objetivo geral, derivam os três objetivos específicos seguintes:

- Analisar a informação ambiental obrigatória divulgada no Relatório e Contas;
- Analisar a informação ambiental voluntária divulgada no Relatório e Contas;
- Identificar os fatores determinantes da divulgação de informação ambiental.

O presente estudo está estruturado em 4 pontos. No ponto 2 apresentamos um enquadramento teórico, tendo em conta alguns estudos que as práticas de relato ambiental. No ponto 3 é explicitada a metodologia adotada para a seleção da amostra. No ponto 4 apresentamos os resultados e procedemos à sua sistematização e discussão. Por fim, apresentamos as conclusões e as limitações do estudo.

2. Enquadramento Teórico

O relato da informação empresarial tem origem no cumprimento de fins legais, como sinal de boas práticas (natureza obrigatória) e na decisão dos gestores, para completar a informação legalmente exigida (natureza voluntária). Alguns dos objetivos

têm implicações económicas mensuráveis nos preços dos títulos de capital ou de dívida, em termos da redução do preço ou do risco (Gray et al., 1990). Outros na “legitimação” que as organizações procuram, através da sua aceitação social, de modo a evitar ou retrair reações negativas dos *stakeholders*.

Assim, o relato voluntário procura eliminar a assimetria de informação entre as partes interessadas internas e externas, e em particular para os potenciais investidores. De acordo com Cormier e Magnan (2003) a ausência de informação sobre o desempenho ambiental pode implicar o não investimento na empresa. Assim, o relato ambiental voluntário pode ser interpretado como uma forma das empresas reduzirem os riscos de informação e, conseqüentemente, os custos associados dos potenciais e reais investidores (Brammer e Pavelin, 2006). Contudo, o carácter voluntário do relato prejudica a comparabilidade das informações devido à ausência de padrões.

Neste sentido, diversas organizações procuraram padronizar as práticas ambientais, os conteúdos dos relatórios ambientais e a uniformidade a nível internacional, como as certificações externas, como a *European Union's Eco-Management and Audit Scheme* (EMAS) e o *International Standards Organization's* (ISO 14001), as orientações para a publicação de informações ambientais, como exemplos, *Global Reporting Initiative* (GRI), *Global Compact*, *Coalition for Environmentally Responsible Economics* (CERES), *Public Environmental Reporting Initiative* (PERI).

Ao nível da convergência normativa que os organismos internacionais pretendem alcançar, importa destacar o papel do *International Accounting Standards Board* (IASB) como o principal organismo privado emissor de normas internacionais de contabilidade e da Comissão Europeia através dos seus Regulamentos/Recomendações.

A União Europeia (EU), na década de noventa, iniciou o processo de normalização contabilística das matérias ambientais com a emissão de diversos documentos, como a Recomendação da Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2001) sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação das questões ambientais nas contas anuais e o relatório de gestão das empresas da EU.

Na sequência do Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, a Comissão veio alargar o âmbito de aplicação IAS/IFRS nos países da União Europeia, de forma obrigatória a empresas cotadas em mercados regulamentados dos Estados Membros, a partir de 1 de janeiro de 2005, procurando desta forma atender às necessidades dos utilizadores da informação financeira, em particular no que respeita a comparabilidade dessa informação.

Contudo, a adoção de um único normativo contabilístico não garante a comparabilidade das demonstrações financeiras (Kväll e Nobes, 2010; Bradshaw e

Miller, 2008; Nobes, 2006; Ballet al., 2003). Isto porque a contabilidade e as práticas de divulgação de informação são influenciadas de modo diferente entre diversos países por variados fatores de natureza económica, social, cultural e política resultando na existência de sistemas contabilísticos diferenciados. Este aspecto é tanto mais relevante quanto a cultura é considerada uma variável ambiental que influencia o sistema contabilístico de um país (Doupnik e Tsakumis, 2004).

Neste sentido, no cumprimento das IAS/IFRS podem surgir diferenças entre os países devido aos regulamentos nacionais sobre a divulgação de matérias ambientais, e entre as empresas face às suas práticas de relato sobre informação ambiental voluntária.

Barbuet al. (2014) concluíram que as empresas domiciliadas em países com regulamentos sobre a divulgação ambiental (França e Reino Unido) relatam mais sobre informações ambientais do que as empresas domiciliadas em países com reduzidos regulamentos sobre a temática ambiental (Alemanha). Estes resultados sugerem que as IAS/IFRS não são aplicadas de forma consistente, nas empresas e nos diferentes países, devido às tradições e discrepâncias dos requisitos legais de cada país.

As práticas de relato ambiental das empresas são específicas de cada país, dado o contexto legal, social, económico, cultural e político em que atuam (Adams e Kausirikun, 2000; Adams et al., 1998).

Ao analisarmos as IAS/IFRS, constatamos que não existe uma norma internacional dedicada exclusivamente à informação ambiental, mas são mencionados em diversas normas e interpretações (anexo nº 1). Assim, de forma direta ou indireta abordam o reconhecimento, mensuração e divulgação das despesas ambientais, bem como os ativos e passivos que lhe estão associados.

2.2. Estudos Prévios

A investigação sobre as práticas de relato ambiental tem sido desenvolvida em diferentes perspetivas: compreender as práticas de relato de um país (Reino Unido – Gray et al., 1995a; Campbell et al., 2006; Austrália – Deegan e Blomquist, 2006; Guthrie, et al., 2008; África do Sul - De Villiers e Staden, 2006; Coetzee e Staden, 2011; Bélgica – Boutenet al., 2011; Portugal – Monteiro e Guzman, 2010; Branco e Rodrigues, 2008); validar uma “teoria social”, caso das teorias da Legitimidade (Eugénio et al., 2013; Eugénio, 2009; Magness, 2006) e dos *Stakeholders* (Orij, 2010; Moneva e LLena, 2000); comparar as práticas de relato de diferentes países (Halme e Huse, 1997 – Finlândia, Noruega, Espanha e Suécia; Adams et al., 1998 - França, Alemanha, Holanda, Suécia, Suíça e Reino Unido; Adams e Kuasirikun, 2000 – Reino

Unido e a Alemanha); analisar o impacto da regulamentação de determinadas normas sobre divulgação social e ambiental (Larrinaga et al., 2002); e analisar a relação entre o relato ambiental e o desempenho ambiental e económico (Patten, 2002; Al-Tuwaijriet al., 2004; Murray et al., 2006), entre outras.

Nos estudos sobre relato ambiental os autores recorrem às Teorias da Legitimidade, dos *Stakeholders* e Institucional.

A Teoria da Legitimidade é a mais evidenciada para explicar as práticas/características da divulgação voluntária de informação ambiental. Segundo Cho e Patten (2007) a teoria da legitimidade sugere que o relato ambiental é influenciado pelo nível da pressão política e social que as empresas enfrentam face ao seu desempenho ambiental. Assim, De Villiers e Staden (2006), através da análise de 140 relatórios e contas no período de 1994 a 2002, concluem que em reação a essas pressões, as empresas relatam mais informação ambiental de modo a preservar a sua imagem e a sua legitimidade.

Mahadeo et al. (2011), recorrendo às teorias da legitimidade e dos *stakeholders*, analisam os relatórios de sustentabilidade, de 2004 a 2007, das empresas cotadas da Mauritânia, tendo por base o contexto de uma economia emergente. Concluem que houve um significativo mas seletivo crescimento da quantidade e qualidade do relato ambiental, o que está relacionado com a necessidade das empresas demonstrarem o seu compromisso com objetivos sociais (legitimidade moral) e com a necessidade de gerir a sua relação com alguns *stakeholders* específicos, sendo ainda uma resposta às críticas sobre corrupção e as práticas empresariais pouco éticas.

Já Coetzee e Standen (2011) demonstram que as empresas reagem às ameaças de perda de legitimidade através do aumento da divulgação de informação ambiental e, em particular, sobre segurança ambiental após a ocorrência de acidentes, existindo consistência com a teoria da legitimidade e dos *stakeholders*.

Laine (2009) pretende compreender como o relato ambiental é utilizado como resposta às pressões institucionais decorrentes do contexto social. Para o efeito, analisa as divulgações ambientais de 1972 a 2005 de uma empresa química finlandesa. Conclui que as práticas de relato têm-se alterado face às mudanças no contexto social e institucional como resposta às pressões institucionais para manter a sua legitimidade junto da sociedade.

Neste sentido, o conceito de legitimidade e a procura de legitimação têm sido focados pela Teoria Institucional. Esta teoria procura identificar e analisar as pressões institucionais que permitem explicar os comportamentos e as práticas das organizações.

Frost (2007) analisando os relatórios e contas de 71 empresas cotadas na bolsa australiana, antes e após a introdução de legislação específica, conclui que a pressão institucional, nova legislação (isomorfismo coercivo), resultou num aumento significativo do nível do relato ambiental, que induziu o aumento da divulgação de carácter obrigatório em detrimento da divulgação voluntária. Importa salientar que existe evidência empírica de que tornar o relato ambiental obrigatório não é fator determinante para um maior relato de informação (Llena et al. 2007).

Já Deegan e Blomquist (2006) concluem que os grupos de interesses influenciam as práticas de relato gerando um fenómeno positivo de mimetismo ou isomorfismo mimético.

3. Metodologia da Investigação

3.1 Hipóteses

Este estudo tem como objetivo geral avaliar o nível de divulgação de informação ambiental, pós adoção das *International Accounting Standard* (IAS), das empresas cotadas no PSI20. Deste objetivo geral derivam os três objetivos específicos seguintes:

- Analisar a informação ambiental obrigatória divulgada no Relatório e Contas;
- Analisar a informação ambiental voluntária divulgada no Relatório e Contas;
- Identificar os fatores determinantes da divulgação de informação ambiental.

Assim, face aos dois primeiros objetivos específicos da investigação, foram formuladas duas hipóteses sobre a informação divulgada, obrigatória e voluntária, após a adoção das IAS/IFRS:

Hipótese 1 (H_1) - As empresas divulgam informação ambiental de acordo com o definido pelas IAS.

Hipótese 2 (H_2) - As empresas divulgam informação ambiental voluntariamente.

Para alcançarmos o terceiro objetivo específico, que consiste na identificação dos fatores determinantes do relato de informação ambiental obrigatório e voluntário será efetuada uma análise dos fatores determinantes do relato de informação ambiental e a sua inter-relação.

Assim, formulamos um conjunto de hipóteses de investigação que relacionam o nível de relato ambiental (variável dependente) com determinadas variáveis independentes que caracterizam as empresas da amostra. Para o efeito, vão ser objeto de análise: o sector de atividade; a rendibilidade; o endividamento; o controlo do capital; e a internacionalização.

3.1.1 Sector de atividade (SEC)

Diversos estudos discutem a importância do sector de atividade como fator que influencia as práticas de relato ambiental (Monteiro e Guzman, 2010; Branco e Rodrigues, 2008; De Villiers e Staden, 2006; Adams et al., 1998; Gray et al., 1995b). As empresas de sectores mais sensíveis a riscos ambientais e expostos a regulamentação, tais como os sectores químico, celulose e papel, combustíveis, indústria extrativa, indústria de eletricidade (Coetzee e Staden, 2011; Clarkson et al. 2011; Laine, 2010 e 2009; Freedman e Stagliano, 2008; De Villiers e Staden, 2006; Deegan e Blomquist, 2006; Archel e Lizarraga, 2001), tendem a divulgar mais informação do que as empresas que não estão tão sujeitas a esses riscos e, conseqüentemente, à pressão da comunidade, em geral, e do Estado, em particular, tendo como objetivos minimizar ou eliminar as sanções legais e alcançar a legitimidade junto dos *stakeholders*.

Este fator permite criar grupos de observação no sentido de identificar semelhanças e diferenças entre grupos de empresas de sectores distintos. A literatura sugere que as empresas do mesmo sector de atividade possuem práticas de divulgação semelhantes e que os sectores com maior impacto ambiental dão um maior relevo ao relato de matérias ambientais (Branco e Rodrigues, 2008; Deegan et al. 2002; Adams et al. 1998; Gray et al. 1995b).

Tendo por base o setor de atividade da empresa, formulamos as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 3 (H_3) - Existe uma associação positiva entre o sector de atividade das empresas e a divulgação de informação ambiental.

Hipótese 4 (H_4) - As empresas de setores de atividade sensíveis ao ambiente apresentam maiores índices de divulgação de informação ambiental.

3.1.2. Rentabilidade

Os estudos empíricos sobre a relação entre rentabilidade das empresas e o nível de relato ambiental, apresentam resultados pouco conclusivos (Gray et al., 1995a). A rentabilidade é uma variável relevante para avaliar o desempenho empresarial.

Archel e Lizarraga (2001) concluíram que não existe uma relação significativa entre a rentabilidade e o nível de divulgação ambiental. Já Cohen et al. (1987) demonstraram

que existe uma relação positiva entre a rentabilidade e o nível de divulgação ambiental.

Tendo por base a rentabilidade da empresa, a quinta hipótese de investigação é formulada da seguinte forma:

Hipótese 5 (H_5) -A rentabilidade das empresas influencia positivamente o nível de divulgação de informação ambiental.

3.1.3. Endividamento

Alguns estudos consideram que a legitimidade, a reputação e a confiança podem acrescentar valor económico e financeiro ao valor de mercado da empresa. Os custos associados às práticas de responsabilidade social podem contribuir para a empresa alcançar diversos benefícios (Simnett et al., 2009; Brammer e Pavelin, 2006) tais como: redução dos custos de agência, obtenção de financiamento, redução de passivos ambientais, aumento do valor da marca e melhoria da reputação. Assim, o endividamento das empresas é um fator significativo e normalmente associado ao nível de divulgação de informação.

Naseret et al. (2006) e Alciatore e Dee (2006), concluíram que existe uma relação positiva entre o relato ambiental e o endividamento. Contudo, Cormier e Magnan (2002) e Brammer e Pavelin (2006) constataram uma relação negativa entre o nível de relato ambiental e o endividamento.

Tendo por base o endividamento da empresa, a sexta hipótese de investigação é formulada da seguinte forma:

Hipótese 6 (H_6) - O endividamento das empresas influenciam positivamente o nível de divulgação de informação ambiental.

3.1.4. Controlo do capital

A estrutura de propriedade influencia o nível de relato da informação, dado que quanto maior for a concentração do capital menor será o nível de relato de informação para o exterior. Segundo Lopes e Rodrigues (2007), quando a propriedade está concentrada num número reduzido de detentores estes terão maior facilidade em aceder a informação interna, reduzindo a necessidade da empresa divulgar informação para o exterior. Já Fernández et al. (2006), referem que uma maior dispersão do capital implica uma maior necessidade de divulgação para o exterior, tendo como objetivos facilitar o acesso ao mercado e a obtenção de recursos.

Tendo por base a estrutura de controlo do capital da empresa, a sétima hipótese de investigação é formulada da seguinte forma:

Hipótese 7 (H₇) - Existe uma associação positiva entre a dispersão do capital da empresa e a divulgação de informação ambiental.

3.1.5. Internacionalização

Vormedal e Ruud (2009), após analisarem os relatórios e contas e de sustentabilidade de 98 empresas da Noruega, concluíram que existe um maior relato ambiental quanto maior é o grau de internacionalização das empresas. De acordo com Archambault e Archambault (2003) as empresas com atividades no estrangeiro, em particular as vendas, estão mais predispostas a relatar mais informações.

As empresas que estão presentes em mais do que um mercado de valores enfrentam uma maior pressão para a divulgação de informações, dado o maior número de acionistas (Silva, 2013).

Segundo Meek et al. (1995) as empresas que possuem os seus títulos e valores mobiliários negociados em mercados de valores internacionais enfrentam uma maior pressão para a divulgação de informações relativamente às empresas cotadas unicamente nas Bolsas de Valores dos seus países.

Assim, tendo por base o grau de internacionalização da empresa, foram formuladas as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 8 (H₈) - A internacionalização da empresa (vendas ao estrangeiro) influencia positivamente o nível de divulgação de informação ambiental.

Hipótese 9 (H₉) - A internacionalização da empresa (cotada em mais do que um mercado) influencia positivamente o nível de divulgação de informação ambiental.

Em síntese, vamos analisar as seguintes hipóteses e as relações entre as variáveis independentes e a variável dependente:

| Variável | Hipóteses |
|---------------------------|--|
| Sector de Atividade (SEC) | H ₃ - Existe uma associação positiva entre o sector de atividade das empresas e a divulgação de informação ambiental. |
| | H ₄ - As empresas de setores de atividade sensíveis ao ambiente apresentam maiores índices de divulgação de informação ambiental. |
| Rendibilidade (REN) | H ₅ - A rendibilidade das empresas influencia positivamente o nível de divulgação de informação ambiental. |

| | |
|---------------------------|---|
| Endividamento (END) | H ₆ - O endividamento das empresas influenciam positivamente o nível de divulgação de informação ambiental. |
| Controlo do Capital (CON) | H ₇ - Existe uma associação positiva entre a dispersão do capital da empresa e a divulgação de informação ambiental. |
| Internacionalização (INT) | H ₈ - A internacionalização da empresa (vendas ao estrangeiro) influencia positivamente o nível de divulgação de informação ambiental. (INTV) |
| | H ₉ - A internacionalização da empresa (cotada em mais do que um mercado) influencia positivamente o nível de divulgação de informação ambiental. (INTB) |

3.2 Amostra

Com o objetivo de analisar o nível de relato ambiental das empresas cotadas em Portugal, bem como as determinantes para essas práticas, selecionou-se uma amostra constituída por 10 empresas cotadas no PSI20 no período de 2005 a 2010, tendo por base a sua dimensão medida através do Ativo total (ano de 2010).

Através da base de dados “*WorldscopeDatabase*”, procedeu-se à identificação das empresas cotadas em 2010, por ordem decrescente, tendo por base o Ativo Total. Posteriormente, fomos verificar se as empresas estiveram cotadas ao longo dos anos em análise. Assim, por não cumprirem os requisitos foram excluídas as empresas EDP Renováveis e REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A..

Quadro 1– Empresas Seleccionadas

| Empresa | Setor de Atividade |
|-----------------------------------|---|
| Banco Comercial Português | Finanças e Capitalização |
| Banco Espírito Santo | Finanças e Investimento |
| Banco BPI | Finanças e Investimento |
| EDP – Energias de Portugal | Produção e distribuição de eletricidade |
| Portugal Telecom | Telecomunicações e multimédia |
| Galp Energia | Petrolífera e combustíveis |
| Sonae | Indústria de matéria-prima, gestão de centros comerciais, construção, distribuição e venda de alimentos, turismo, transporte e capital de risco |
| Brisa – Auto Estradas de Portugal | Concessionária de autoestradas |
| Cimpor – Cimentos de Portugal | Produção de cimentos |
| Jerónimo Martins | Grande distribuição |

Fonte:Elaboração Própria

A opção por empresas cotadas e de grande dimensão justifica-se pelas seguintes razões: estas empresas estão obrigadas a aplicar as IAS, desde o dia 1 de janeiro de 2005; facilidade no acesso aos relatórios e contas dessas empresas; os relatórios e contas são considerados a fonte mais utilizada para investigar o relato de matérias ambientais (Moneva e LLena, 2000; Tilt, 2001; De Villiers e Staden, 2006); existência de uma maior supervisão nas empresas cotadas, pelas entidades reguladoras; as empresas de maior dimensão tendem a divulgar mais informação ambiental, ou seja, a dimensão é um fator relevante no relato ambiental (Choet al., 2010; Monteiro, 2007).

3.3. Método de Recolha dos Dados

Para obtenção dos dados recorreremos à metodologia de análise de conteúdo do relatório e contas consolidado das empresas selecionadas, por ser a metodologia mais utilizada no âmbito do relato ambiental. A maioria dos estudos realizados visam a análise da informação ambiental divulgada pelas empresas nos seus relatórios e contas (Mata et al., 2012; Eugénio et al., 2010; De Villiers e Staden, 2006; Gray et al., 1995a), dadas as vantagens que lhe são atribuídas, nomeadamente pela obrigatoriedade de elaboração, o seu acesso ser relativamente fácil a longo prazo, ser dirigido a vários *stakeholders*, apresentar maior credibilidade e ampla distribuição, sendo também um meio em que as empresas podem divulgar informação de carácter voluntário (incluindo ambiental) satisfazendo os diferentes *stakeholders* (Llena et al., 2007; Deegan et al., 2002).

Segundo Tilt (2001), para minimizar a subjetividade da análise de conteúdo é fundamental desenvolver uma grelha de análise e definir as regras para a codificação (categorias) e medida dos dados. Para o efeito, foram elaboradas duas grelhas, uma para informação obrigatória (Anexo 2), de acordo com o preconizado pelas IAS que abordam a temática ambiental, e outra para informação voluntária (Anexo 3), de acordo com a informação evidenciada nos relatórios e contas.

Através das categorias descritas no Anexo 2 procedemos ao cálculo do índice de relato ambiental obrigatório, atribuindo-se uma pontuação de 0 (não relata esta categoria) ou 1 (relata esta categoria), independentemente da qualidade da informação. Esta metodologia não visa a extensão da informação mas a amplitude da informação divulgada, permitindo transformar informação qualitativa em quantitativa e a análise e comparação tal como fazem Barbu et al. (2014) e Monteiro (2007). O índice de relato ambiental é calculado da divisão do máximo de pontos (24) pelo somatório de pontos obtidos por cada empresa. Posteriormente procedemos ao cálculo do índice

médio por cada ano em análise para avaliar a evolução da divulgação da informação ambiental. Para o índice de relato voluntário adotamos o mesmo procedimento.

| | | |
|------------------------------|------------------------|--|
| i $IRA_n = \sum_{n=1} i_n$ | IRA_n | Índice de Relato Ambiental |
| | i_n | Categoria Ambiental i em análise. Variável dicotômica (<i>dummy</i>): pontuação 1 se relata sobre a categoria e 0 se não relata sobre a categoria. |
| | i | Número máximo de categorias |

Os dados para as variáveis independentes foram obtidos através da base de dados “*WorldscopeDatabase*”. A rentabilidade foi medida pela rentabilidade do ativo (ROA), o endividamento foi medido pelo Total do Passivo/Total Ativo, o Controlo de Capital foi medido através da dispersão do capital e a internacionalização foi medida pelas Vendas ao Estrangeiro/Total das Vendas.

3.4 Resultados

Os quadros apresentam a estatística descritiva referente às variáveis dependentes – índice de relato obrigatório (IRO) e índice de relato voluntário (IRV) – no período de 2005 a 2010.

Quadro 2 - Estatística descritiva do índice de relato obrigatório (IRO)

| Anos | N | Min | Max | Media | Mediana | Desvio padrão |
|------|----|-----|-------|-------|---------|---------------|
| 2005 | 10 | 0 | 0,583 | 0,133 | 0,000 | 0,198 |
| 2006 | 10 | 0 | 0,583 | 0,163 | 0,021 | 0,221 |
| 2007 | 10 | 0 | 0,625 | 0,192 | 0,417 | 0,259 |
| 2008 | 10 | 0 | 0,708 | 0,200 | 0,000 | 0,295 |
| 2009 | 10 | 0 | 0,667 | 0,192 | 0,000 | 0,285 |
| 2010 | 10 | 0 | 0,667 | 0,200 | 0,208 | 0,282 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS

Para os dois índices calculamos os valores mínimos e máximos, a média, a mediana e o desvio padrão. Através do quadro 2 verificamos que, ao longo do período em análise, o mínimo é sempre 0%. No ano de 2005 a média do IRO é de 13,3%, passando em 2010 para 20%, registando-se um aumento ao longo dos anos, exceto para o ano de 2009, do nível de relato ambiental obrigatório. Verificamos ainda que é no ano de 2008, que o intervalo de IRO, apresenta uma maior variação, de 0% e 70,8%. Importa salientar, que o desvio padrão apresenta ao longo dos anos um valor bastante elevado, o que indica uma elevada dispersão de valores.

Partilhamos da opinião de Hausinet al.(2008) que a implementação das normas de contabilidade podem ser interpretada como um processo de aprendizagem, sendo esperado, que ao longo dos anos, se constata uma variação positiva do nível de relato da informação ambiental e apresentada com um nível de qualidade superior.

Quadro 3 -Estatística descritiva referente ao índice de relato voluntário (IRV)

| Anos | N | Min | Max | Media | Mediana | Desvio padrão |
|------|----|-------|-------|-------|---------|---------------|
| 2005 | 10 | 0,250 | 0,875 | 0,538 | 0,500 | 0,236 |
| 2006 | 10 | 0,125 | 0,875 | 0,400 | 0,375 | 0,249 |
| 2007 | 10 | 0,125 | 0,875 | 0,513 | 0,500 | 0,266 |
| 2008 | 10 | 0,000 | 0,875 | 0,538 | 0,625 | 0,289 |
| 2009 | 10 | 0,375 | 0,875 | 0,675 | 0,625 | 0,169 |
| 2010 | 10 | 0,375 | 0,875 | 0,725 | 0,750 | 0,154 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS

Relativamente ao IRV, como podemos observar no quadro 3 o nível de relato de informação voluntária é superior ao IRO tendo uma média próxima de 57% ao longo do período de 2005 a 2010. Ao analisarmos o intervalo do IRV, este varia entre 25% e 87,5%, no ano de 2005, de 12,5% e 87,5%,no período de 2006-2007, de 0% e 87,5% no ano de 2008, e entre 37,5% e 87,5%, no período de 2009-2010.

O modelo de regressão linear múltipla utilizado no estudo foi obtido a partir do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e pretende descrever a relação entre as variáveis dependentes (IRO e IRV) e as variáveis independentes (SEC; REN; END; COM; INTV). Para o efeito usamos o método *Backward* que inicialmente considera todas as variáveis e posteriormente elimina as variáveis responsáveis pelo menor valor estatístico.

Assim, para oIRO no ano de 2010, resultou como melhor modelo o seguinte:

$$IRO = \beta_0 + \beta_1 * SEC + \beta_2 * REN + \beta_3 * END + \beta_4 * CON + \beta_5 * INTV$$

Onde:

- SEC = Setor de atividade (SEC), variável dicotómica que assume o valor 1 se a empresa pertence a um “setor mais sensível ao ambiente” e 0 para os restantes setores.
- REN = Rentabilidade, medida pelo Resultado Liquido/Ativo Total *100.
- END = Endividamento, medido pelo Passivo Total/Ativo Total *100.
- CON = Controlo do Capital, medido pela dispersão do Capital.
- INTV = Internacionalização, medido por Vendas ao Estrangeiro/Vendas Totais *100.

Quadro 4 - Resultados da regressão linear (IRO) no ano de 2010

| Variáveis | Sinal Esperado | Coeficientes Não Estandarizados | | t | Significância |
|--------------------------------|----------------|---------------------------------|-------------|--------|---------------|
| | | B | Erro Padrão | | |
| Constante | | 2,448 | 0,464 | 5,274 | 0,013** |
| SEC | + | 0,810 | 0,094 | 8,629 | 0,003* |
| REN | + | 0,013 | 0,003 | 3,664 | 0,035** |
| END | + | -0,086 | 0,016 | -5,452 | 0,012** |
| COM | + | 0,033 | 0,006 | 5,211 | 0,014** |
| INTV | + | -0,033 | 0,007 | -4,748 | 0,018** |
| N | | 9 | | | |
| R ² AJUSTADO | | 0,902 | | | |
| F Estatístico | | 15,736 | | | |
| Significância de F | | 0,023** | | | |
| *Nível de significância de 1% | | | | | |
| **Nível de significância de 5% | | | | | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS

No quadro4, o valor do R² Ajustado (90,2%) representa a proporção da variância do IDO que é explicada pelas variáveis independentes.

Com base na análise individual a cada uma das variáveis independentes, o teste *t* fornece resultados do nível de significância do modelo (1% ou 5%), e os sinais dos coeficientes estimados indicam a forma como determinam a variável dependente IRO.

Do quadro 4 apresenta o nível de significância das variáveis explicativas, sendo que todas as variáveis são estatisticamente significativas, no ano de 2010, para um nível de significância de 5%. Já os sinais das variáveis têm diferentes significados.

A variável SEC possui sinal positivo (8,629) o que significa que uma empresa de um sector de atividade sensível ao ambiente influencia positivamente o relato ambiental obrigatório. Este resultado valida a hipótese H₄, demonstrando que essas empresas relatam mais informação ambiental.

O sinal positivo da variável REN significa que a rentabilidade da empresa influencia positivamente o nível de relato ambiental. Este resultado valida a Hipótese H₅.

A variável END possui sinal negativo (-5,452) significa que tem uma influência significativa no relato ambiental obrigatório. Apesar desta variável ser estatisticamente significativa (significância 0,012), apresenta um sinal contrário ao definido na hipótese H₆.

A variável CON é estatisticamente significativa (significância 0,014) e possui sinal positivo o que valida a hipótese H₇, isto é, uma empresa com maior dispersão do seu capital relata mais informação ambiental obrigatória.

Relativamente à variável INTV, o sinal negativo significa que tem uma influência significativa no relato de informação ambiental obrigatória (-4,748). Embora esta variável seja estatisticamente significativa, apresenta um sinal contrário ao definido na hipótese H₈.

Relativamente ao IDV, para o ano de 2010, da utilização da regressão linear múltipla através do método *Backward* resultou como melhor modelo:

$$IRV = \beta_0 + \beta_1 * SEC + \beta_2 * CON + \beta_3 * INTV$$

Ou seja, as variáveis REN, END e INTB foram excluídas.

Quadro 5 - Resultados da regressão linear (IRV) no ano de 2010

| Variáveis | Sinal Esperado | Coeficientes Não Estandarizados | | t | Significância |
|--------------------------------|----------------|---------------------------------|-------------|--------|---------------|
| | | B | Erro Padrão | | |
| Constante | | 0,534 | 0,063 | 8,520 | 0,000* |
| SEC | + | 0,129 | 0,047 | 2,749 | 0,040** |
| CON | + | 0,005 | 0,001 | 4,212 | 0,008* |
| INTV | + | -0,258 | 0,050 | -5,191 | 0,003* |
| N | | 9 | | | |
| R ² AJUSTADO | | 0,818 | | | |
| F Estatístico | | 13,011 | | | |
| Significância de F | | 0,008* | | | |
| *Nível de significância de 1% | | | | | |
| **Nível de significância de 5% | | | | | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS

Como base no quadro 5, constatamos que, no ano de 2010, a variável SEC possui sinal positivo (2,749) o que significa que uma empresa de um sector de atividade sensível ao ambiente influencia positivamente o relato ambiental voluntário. Este resultado valida a hipótese H₄.

A variável CON é estatisticamente significativa (significância 0,008) e possui sinal positivo o que valida a hipótese H₇, isto é, uma empresa com maior dispersão do seu capital relata mais informação ambiental voluntária

Relativamente à variável INTV, esta variável é estatisticamente significativa, mas apresente um sinal contrário (-5,191) ao definido na hipótese H₈.

No quadro 6, apresentamos o resumo dos resultados obtidos na regressão linear (ver anexos 4 a 13) para as variáveis dependentes (IRO e IRV) para o período em análise. Constatamos que as variáveis Sector de Atividade (SEC) e Internacionalização vendas ao estrangeiro (INTV) são estatisticamente significativas e possuem sinais positivos para a variável dependente IRO, ao longo dos 6 anos. Estes resultados validam as hipóteses H₄ e H₈.

Relativamente à variável dependente IRV, verificamos que as variáveis explicativas estatisticamente significativas divergem face ao ano em análise. Importa salientar, que a variável INTB, estatisticamente significativa nos anos de 2009 e 2005. Contudo, apresenta sinais contrários à hipótese H₉.

Quadro 6 – Resultados da regressão linear (IRO e IRV) de 2005 a 2010

| Anos | IRO | | IRV | |
|------|-----------|----------------|-----------|----------------|
| | Variáveis | Sinal Esperado | Variáveis | Sinal Esperado |
| 2010 | SEC+ | + | | |
| | REN + | + | SEC + | + |
| | END - | + | CON + | + |
| | CON + | + | INTV - | + |
| | INTV - | + | | |
| 2009 | SEC + | + | CON + | + |
| | INTV + | + | INTB - | + |
| 2008 | SEC + | + | SEC + | + |
| | INTV + | + | REN + | + |
| 2007 | SEC + | + | REN + | + |
| | INTV + | + | | |
| 2006 | SEC + | + | END + | + |
| | REN + | + | | |
| | INTV + | + | | |
| 2005 | | | REN + | + |
| | SEC + | + | END - | + |
| | INTV+ | + | INTV + | + |
| | | | INTB - | + |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS

4. Conclusões e Limitações do Estudo

Os resultados obtidos demonstram que as empresas da amostra no período de 2005 a 2010, divulgaram nos relatórios e contas informação ambiental obrigatória e voluntária. O índice de relato ambiental obrigatório melhorou progressivamente, apesar de algumas das empresas não relatarem nenhuma das categorias selecionadas.

Relativamente ao relato de informação ambiental voluntária, constatamos que a média do período em análise foi cerca de 57%.

Através do modelo de regressão linear múltipla, pelo método *Backward*, realizámos duas regressões lineares, por cada ano em análise, tendo como variáveis dependentes o Índice de Relato Obrigatório (IRO) e o Índice de Relato Voluntário (IRV). Face às variáveis explicativas estudadas, verificamos que as variáveis Sector de Atividade (SEC) e Internacionalização vendas ao estrangeiro (INTV) são

estatisticamente significativas para a variável dependente IRO ao longo dos 6 anos. Para a variável dependente IRV as variáveis explicativas divergem face ao ano em análise. Importa salientar, que no ano de 2010, todas as variáveis explicativas são estatisticamente significativas para IRO e as variáveis SEC, Controlo do Capital (CON) e INT para a variável dependente IRV.

De referir que a variável Internacionalização cotada em mais do que um mercado (INTB) apenas é estatisticamente significativa, nos anos de 2009 e 2005, para o relato voluntário

Para investigações futuras consideramos importante alargar a análise a outros países da União Europeia, para avaliar o impacto dos normativos nacionais e da cultura de cada país. Na recolha da informação, é ainda relevante identificar onde está localizada a informação. Relativamente aos fatores determinantes do relato ambiental, importa incluir outras variáveis como por exemplo: a certificação ambiental, a nacionalidade do detentor da empresa, o tipo de auditor, a existência de relatório de sustentabilidade, entre outras.

O presente estudo apresenta algumas limitações, a saber: a dimensão (reduzida) e a especificidade da amostra, pois é constituída apenas por empresas cotadas; utilização como fonte de recolha de informação apenas os relatórios e contas, dado que algumas empresas utilizam outros meios de divulgação como sejam os sites institucionais e os relatórios de sustentabilidade.

Referências Bibliográficas

- Adams, C. e Kausirikun, N. (2000), "A comparative analysis of corporate reporting on ethical issues by UK and German chemical and pharmaceutical companies", *European Accounting Review*, Vol. 9, nº 1, pp. 53–79.
- Adams, C.; Hill, W. e Roberts, C. (1998), "Corporate social reporting practices in Western Europe: Legitimizing corporate behaviour?", *British Accounting Review*, Vol. 30, nº 1, pp. 1-21.
- Alciatore, M. e Dee, C. (2006), "Environmental disclosures in the oil and gas industry", *Advances in Environment Accounting and Management*, Vol. 3, pp. 49-75.
- Al-Tuwaijri, S.; Christensen, T. e Hugles II, K. (2004), "The relations among environmental disclosure, environmental performance, and economic performance: a simultaneous equations approach", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 29, nº 5/6, pp. 447-471.
- Archambault, J.J., and Archambault, M.E. 2003. A multinational test of determinants of corporate disclosure. *The International Journal of Accounting*, Vol. 28, pp. 173-194.
- Archel, P. e Lizarraga, F. (2001), Algunos determinantes de la información medioambiental divulgada por las empresas españolas cotizadas", *Revista de Contabilidad*, Vol. 4, nº 7, pp. 139-153.
- Ball, R.; Robin, A. e Wu, J.S. (2003), "Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries", *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 36, PP. 235-270.

Barbu, E.; Dumontier, P.; Feleaga, N. e Feleaga, L. (2014), "Mandatory environmental disclosures by companies complying with IASs/IFRSs: The cases of France, Germany and the UK", *The International Journal of Accounting*, Vol. 49, nº 2, pp. 231-247.

Bouten et al. (2011), "Corporate social responsibility reporting: A comprehensive picture?", *Accounting Forum*, Vol. 35, pp. 187-204.

Bradshaw, M.T. e Miller, G. (2008), "Will harmonizing accounting really harmonize accounting? Evidence from non U.S. firms adopting U.S GAAP", *Journal of Accounting Auditing and Finance*, Vol. 23, pp. 233-263.

Brammer, S. e Pavelin, S. (2006), "Voluntary environmental disclosures by large UK companies", *Journal of Business Finance & Accounting*, Vol. 33, nº 7 e 8, pp. 1168-1188.

Branco, Manuel e Rodrigues, Lúcia (2008), "Factors influencing social responsibility disclosure by portuguese companies", *Journal of Business Ethics*, Vol. 83, pp. 685-701.

Campbell et al. (2006), "Cross-sectional effects in community disclosure", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, nº 1, pp. 96-114.

Campbell, David (2004), "A longitudinal and cross-sectional analysis of environmental disclosure in UK companies – a research note", *The British Accounting Review*, Vol.36, pp 107-117.

Cho et al. (2010).The language of US corporate environmental disclosure. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 35, pp. 431-443.

Cho, C. e Patten, D. (2007), "The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 32, pp. 639-647.

Clarkson et al. (2011).Environmental reporting and its relation to corporate environmental performance. *ABACUS*, Vol. 47, nº 1, pp. 27-60.

Coetzee, C. e Standen, C. (2011), "Disclosure responses to mining accidents: South African evidence", *Accounting Forum*, Vol. 35, pp. 232-246.

Cohen, S. S., Ferreri, L. B., & Parker, L. D. (1987), "The impact of corporate characteristics on social responsibility disclosure: a typology and frequency-based analysis", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 12, nº2, pp. 111-122.

Comissão das Comunidades Europeias (2001). Recomendação da Comissão (2001/453/CE), de 30 de maio de 2001, Respeitante ao reconhecimento, à valorimetria e à prestação de informações sobre questões ambientais nas contas anuais e no relatório de gestão das sociedades, *Jornal Oficial da União Europeia* L156, pp. 33-42.

Cormier, D. e Magnan, M. (2003), "Environmental reporting management: a continental European perspective", *Journal of Accounting and Public Policy*, Vol. 22, pp. 43-62.

De Villiers, C. e Staden, C. (2006), "Can less environmental disclosure have a legitimizing effect? Evidence from Africa", *Accounting, Organizations and Society*.

Deegan, C. (2002), "The legitimizing effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 15, nº 3, pp. 282-311.

Deegan, C. e Blomquist, C. (2006), "Stakeholder influence on corporate reporting: an exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 31, nº 4/5, pp. 346-372.

Deegan, C.; Rankin, M. e Tobin, J. (2002), "An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997 – A test of legitimacy theory", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 15, nº 3, pp. 312-343.

Doupnik, T. e Tsakumis, G. (2004), "A critical review of test's of Gray's theory of cultural relevance and suggestions for future research", *Journal of Accounting Literature*, Vol. 23, pp. 1-48.

Eugénio, T.; Lourenço, I. e Morais, A. (2010), "Recent developments in social and environmental accounting research", *Social Responsibility Journal*, Vol. 6, nº 2, pp. 286-305.

Eugénio, T.; Lourenço, I. e Morais, A. (2013), "Sustainability strategies of company TimorL: exting the applicability of legitimacy theory", *Management of Environmental Quality: Na Internacional Journal*, Vol. 24, nº 5, pp. 570-582.

Eugénio, Teresa (2009), "Social andEnvironmentalAccounting: a case studyon a Portuguese cementcompany", Tese de doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Fernández, C.; Moreno, D. e Olmeda, I. (2006), "Determinantes de la Revelación de Información sobre derivados financieros en el mercado Español". V Workshop de Investigación Empírica enContabilidadFinanciera, I Jornada de Investigación de la REFC, 18 a 20 de Outubro, Madrid.

Freedman, Martin e Stagliano, A.J. (2008), *Environmental disclosures: electric utilities and Phase 2 of the Clean Air Act. Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 19, pp. 466-486.

Frost, G. (2007), "The introduction of mandatory environmental reporting guidelines: Australian evidence", *ABACUS*, Vol. 43, nº 2, pp. 190-216.

Gray, Rob (2002). *The social accounting project and accounting organizations and society. Privileging engagement, imaginings, new accountings and pragmatism over critique?*. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 27, nº 7, pp. 687-708.

Gray, Rob; Kouhy, Reza e Lavers, Simon (1995a), "Corporate social and environmental reporting.A review of the literature and a longitudinal study of UK Disclosure", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 8, nº 2, pp. 47-77.

Gray, Rob; Kouhy, Reza e Lavers, Simon (1995b), "Methodological themes. Constructing a research database of social and environmental by UK companies", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 8, nº 2, pp. 78-101.

Guthrie et al. (2008), *Industry specific social and environmental reporting: The Australian food and beverage industry*.*Accounting Forum*, Vol. 32, pp. 1-15.

Halme, M. e Huse, M. (1997), "he influence of corporate governance, industry and country factors on environmental reporting", *Scandinavian Journal of Management*, Vol. 13, nº2, pp. 137-157.

Hausin et al. (2008). *How to hedge disclosures? IFRS 7 and Hedge Accounting – A first stocktaking*. Master thesis within Business Administration.

Kvaal, E. e Nobes, C. (2010), "International differences in IFRS policy choice: a research note", *Accounting and Business Research*, Vol. 40, nº 2, pp. 173-187.

Laine, Matias (2009), *Ensuring legitimacy through rhetorical changes? A longitudinal interpretation of the environmental disclosures of a leading Finnish chemical company*.*Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, nº 7, pp. 1029-1054.

Laine, Matias (2010), *Towards Sustaining the status quo: Business talk of sustainability in finnish corporate disclosures 1987-2005*. *European Accounting Review*, Vol. 19, nº 2, pp. 247-274

Larrinaga, C.; Carrasco, F.; Correa, C.; Llana, F. e Moneva, J. (2002), "Accountability and accounting regulation: the case of the spanish environmental disclosure standard", *European Accounting Review*, Vol. 11, nº 4, pp. 723-740.

Llana, F.; Moneva, J. e Hernandez, B. (2007), "Environment disclosures and compulsory accounting standards: the case of spanish annual reports", *Business Strategy and the Environment*, Vol. 16, pp. 50-63.

Lopes, P. e Rodrigues, L. L. (2007), "Accounting for Financial Instruments: An Analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange", *The International Journal of Accounting*, Vol.42, pp. 25-56.

Magness, Vanessa (2006).*Strategic posture, financial performance and environmental disclosure.An empirical test of legitimacy theory*.*Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, nº 4, pp. 540-563.

Mahadeo et al. (2011). Changes in social and environmental reporting practices in emerging economy (2004-2007): Exploring the relevance of stakeholder and legitimacy theories. *AccountingForum*, Vol 35, pp. 158-175.

Mata, C.; Fialho, A. e Eugénio (2012), "Análise longitudinal da investigação em contabilidade sobre relato ambiental", *Ibero-American Conference on Social Responsibility*, 25 a 27 outubro, Lisboa.

Mathews, M. R. (1997). Twenty five years of social and environmental accounting research: is there a silver jubilee to celebrate?. *Accountability, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 10, nº4, pp. 481-531.

Mathews, M. R. (2003). A brief description and preliminary analysis of recent social and environmental accounting research literature. *Indonesian Management and Accounting Research*, Vol. 2, nº 2, pp. 197-264.

Mathews, M. R. (2004), Developing a matrix approach to categorise the social and environmental accounting research literature. *Qualitative Research in Accounting and Management*, Vol. 1, nº 1, pp. 30-45.

Meek, G.; Roberts, C. e Gray, S. (1995), "Factors influencing voluntarily annual report by U.S., U.K. and Continental European Multinational Corporations", *Journal of Internacional Business Studies*, Vol. 26, nº 3, pp. 555-572.

Moneva, J. e Llena, F. (2000), "Environmental disclosures in the annual reports of large companies in Spain", *The European Accounting Review*, Vol. 9, nº 1, pp. 7-29.

Monteiro, Sónia (2007), "Factores Explicativos do Grau de divulgação ambiental em grandes empresas a operar em Portugal: Análise univariada", *Conocimiento, Innovacion y emprendeder: Camino al Futuro*, Universidade de la Rioja, pp.1006-1023

Monteiro, Sónia e Gúzman, Beatriz (2010), "Determinantes of environmental disclosures in the annual reports of large companies operating in Portugal", *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Vol. 17, pp. 185-204.

Murray et al. (2006), "Do financial markets care about social and environmental disclosure? Further evidence and exploration from the UK", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, nº 2, pp. 228-255.

Nobes, C. (2006), "The survival of international differences under IFRS: towards a research agenda", *Accounting and Business Research*, Vol. 36, nº 3, pp. 233-245.

Orij, René (2010), "Corporate social disclosures in the context of national cultures and stakeholders theory", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 23, nº 7, pp. 868-889.

Parker, Lee (2005). Social and environmental accountability research: A view from the commentary box. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 18, nº 6, pp. 842-860.

Parker, Lee (2011). Twenty-one years of social and environmental accountability research: A coming of age. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 1-10.

Patten, D. (2002), "The relation between environmental performance and environmental disclosure: a research note", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 27, nº 8, pp. 763-773.

Regulamento (CE) Nº 1606/2002. Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 11 de Setembro de 2002, 45, L243.

Silva, Susana (2013), "IAS 38 – Divulgação de informação das atividades de I&D: caso de países com elevados níveis de I&D", *Jornadas Hispano-Lusas*, Málaga.

Simnett, R.; Vanstraelen, A. e Chua, W. (2009), "Assurance on sustainability reports: an international comparison", *The Accounting Review*, Vol. 84, nº 3, pp. 937-967.

Tilt, A. (2001), "The content and disclosure of Australian corporate environmental policies", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 14, nº 2, pp. 190-212.

Vormedal, I. e Ruud, A. (2009), "Sustainability Reporting in Norway – An Assessment of Performance in the Context of Legal Demands and Socio-Political Drivers", Business Strategy and the Environment, Vol. 18, n.º 4, pp. 207-222.

Anexo nº 1 – Normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC) sobre matérias ambientais

| |
|--|
| IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras |
| IAS 2 - Inventários |
| IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros |
| IAS 10 - Acontecimentos após o Período de Relato |
| IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento |
| IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis |
| IAS 20 - Contabilização dos Subsídios Governamentais e Divulgação de Apoios Governamentais |
| IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação |
| IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar |
| IAS 36 – Imparidade de Ativos |
| IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes |
| IAS 38 – Ativos Intangíveis |
| IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração |
| IAS 41 - Agricultura |
| IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais |
| IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais |
| IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações |
| IFRIC 1 - Alterações em Passivos por Descomissionamento, Restauro e Outros Semelhantes Existentes |
| IFRIC 5 - Direitos a Interesses resultantes de Fundos de Descomissionamento, Restauro e Reabilitação Ambiental |
| IFRIC 6 - Passivos decorrentes da Participação em Mercados Específicos — Resíduos de Equipamento Elétrico e Eletrónico |
| IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto |
| IFRIC 21 - Taxas |

Fonte: Elaboração própria

Anexo 2 – Informação ambiental Obrigatória, preconizado pelas IAS/IFRS

| Categoria | IAS/IFRS e IFRIC | Informação Monetárias | Informação Descritiva |
|---|-------------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| 1. Os ativos intangíveis com exploração de recursos minerais | IFRS 6, IAS 36 | | |
| 2. Ativo de direitos de emissão | IAS 38, IAS 36 | | |
| 3. Concessões, licenças, marcas e categorias semelhantes | IAS 38, IAS 36 | | |
| 4. Outros Ativos Intangíveis | IAS 38, IAS 36 | | |
| 5. Ativos tangíveis | IAS 16, IAS 36 | | |
| 6. Ativos tangíveis com a exploração de recursos minerais | IFRS 6, IAS 36 | | |
| 7. Inventários (resíduos) | IAS 2 | | |
| 8. Provisões Ambientais (Provisão para desmontagem, remoção de bens e a restauração local, Provisões para emissões de CO2, Provisões para seguros, litígios ambientais, entre outros) | IAS 37, IFRIC 5 IFRIC 6, IFRIC 1 | | |
| 9. Concessão de direitos de emissão governamentais | IAS 20 | | |
| 10. Multas e impostos ambientais | IAS 37, IFRIC 21 | | |
| 11. Outras despesas ambientais | IAS 8, IAS 38, | | |

| | | | |
|------------------------------------|--------|--|--|
| | IFRS 6 | | |
| 12. Passivos e Ativos Contingentes | IAS 37 | | |

Fonte: Adaptado de Barbuet al., 2014.

Anexo 3 – Informação ambiental Voluntária

| Categoria |
|--|
| 1. Produtos e Serviços “Verdes” |
| 2. Indicadores Ambientais |
| 3. Mecenato Ambiental |
| 4. Adesão/Protocolos para vertentes Ambientais |
| 5. Riscos Ambientais |
| 6. Gestão Ambiental |
| 7. Estrutura/Comissão Ambiental |
| 8. Prêmios por Práticas Ambientais |

Fonte: Elaboração própria

Anexo 4 - Resultados da regressão linear (IRO) no ano de 2009

| Variáveis | Sinal Esperado | Coeficientes Não Estandarizados | | t | Significância |
|----------------------------------|----------------|---------------------------------|-------------|--------|---------------|
| | | B | Erro Padrão | | |
| Constante | | -0,123 | 0,093 | -1,316 | 0,236 |
| SEC | + | 0,379 | 0,107 | 3,532 | 0,012** |
| INTV | + | 0,005 | 0,002 | 2,424 | 0,052*** |
| N | | 9 | | | |
| R ² AJUSTADO | | 0,713 | | | |
| F Estatístico | | 10,935 | | | |
| Significância de F | | 0,01** | | | |
| ***Nível de significância de 10% | | | | | |
| **Nível de significância de 5% | | | | | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS

Anexo 5 - Resultados da regressão linear (IRV) no ano de 2009

| Variáveis | Sinal Esperado | Coeficientes Não Estandarizados | | t | Significância |
|----------------------------------|----------------|---------------------------------|-------------|--------|---------------|
| | | B | Erro Padrão | | |
| Constante | | 0,518 | 0,104 | 5,002 | 0,002* |
| CON | + | 0,006 | 0,002 | 2,629 | 0,039** |
| INTB | + | -0,201 | 0,086 | -2,339 | 0,059*** |
| N | | 9 | | | |
| R ² AJUSTADO | | 0,477 | | | |
| F Estatístico | | 4,651 | | | |
| Significância de F | | 0,060*** | | | |
| *Nível de significância de 1% | | | | | |
| **Nível de significância de 5% | | | | | |
| ***Nível de significância de 10% | | | | | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS

Anexo 6 - Resultados da regressão linear (IRO) no ano de 2008

| Variáveis | Sinal Esperado | Coeficientes Não Estandarizados | | t | Significância |
|--------------------------------|----------------|---------------------------------|-------------|--------|---------------|
| | | B | Erro Padrão | | |
| Constante | | -0,134 | 0,100 | -1,334 | 0,231 |
| SEC | + | 0,422 | 0,112 | 3,776 | 0,009* |
| INTV | + | 0,002 | 0,482 | 2,486 | 0,047** |
| N | | 9 | | | |
| R ² AJUSTADO | | 0,775 | | | |
| F Estatístico | | 10,318 | | | |
| Significância de F | | 0,011** | | | |
| *Nível de significância de 1% | | | | | |
| **Nível de significância de 5% | | | | | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS

Anexo 7 - Resultados da regressão linear (IRV) no ano de 2008

| Variáveis | Sinal Esperado | Coeficientes Não Estandarizados | | t | Significância |
|----------------------------------|----------------|---------------------------------|-------------|-------|---------------|
| | | B | Erro Padrão | | |
| Constante | | 0,129 | 0,164 | 0,789 | 0,460 |
| SEC | + | 0,289 | 0,145 | 1,993 | 0,093*** |
| REN | + | 0,067 | 0,033 | 2,021 | 0,090*** |
| N | | 9 | | | |
| R ² AJUSTADO | | 0,506 | | | |
| F Estatístico | | 5,094 | | | |
| Significância de F | | 0,051*** | | | |
| ***Nível de significância de 10% | | | | | |
| **Nível de significância de 5% | | | | | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS

Anexo 8 - Resultados da regressão linear (IRO) no ano de 2007

| Variáveis | Sinal Esperado | Coeficientes Não Estandarizados | | t | Significância |
|-------------------------------|----------------|---------------------------------|-------------|--------|---------------|
| | | B | Erro Padrão | | |
| Constante | | -0,096 | 0,082 | -1,176 | 0,284 |
| SEC | + | 0,326 | 0,095 | 3,440 | 0,014** |
| INTV | + | 0,006 | 0,002 | 2,758 | 0,033** |
| N | | 9 | | | |
| R ² AJUSTADO | 0,793 | | | | |
| F Estatístico | 11,467 | | | | |
| Significância de F | 0,009* | | | | |
| *Nível de significância de 1% | | | | | |

**Nível de significância de 5%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS

Anexo 9 - Resultados da regressão linear (IRV) no ano de 2007

| Variáveis | Sinal Esperado | Coeficientes Não Estandarizados | | t | Significância |
|----------------------------------|----------------|---------------------------------|-------------|-------|---------------|
| | | B | Erro Padrão | | |
| Constante | | 0,246 | 0,169 | 1,459 | 0,188 |
| REN | + | 0,041 | 0,022 | 1,902 | 0,099*** |
| N | | 9 | | | |
| R ² AJUSTADO | | 0,247 | | | |
| F Estatístico | | 3,618 | | | |
| Significância de F | | 0,099*** | | | |
| ***Nível de significância de 10% | | | | | |
| **Nível de significância de 5% | | | | | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS

Anexo 10 - Resultados da regressão linear (IRO) no ano de 2006

| Variáveis | Sinal Esperado | Coeficientes Não Estandarizados | | t | Significância |
|----------------------------------|----------------|---------------------------------|-------------|--------|---------------|
| | | B | Erro Padrão | | |
| Constante | | -0,171 | 0,069 | -2,477 | 0,056*** |
| SEC | + | 0,174 | 0,078 | 2,225 | 0,077*** |
| REN | + | 0,024 | 0,011 | 2,157 | 0,084*** |
| INTV | + | 0,005 | 0,002 | 2,787 | 0,039** |
| N | | 9 | | | |
| R ² AJUSTADO | 0,890 | | | | |
| F Estatístico | 13,446 | | | | |
| Significância de F | 0,008* | | | | |
| *Nível de significância de 1% | | | | | |
| **Nível de significância de 5% | | | | | |
| ***Nível de significância de 10% | | | | | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS

Anexo 11 - Resultados da regressão linear (IRV) no ano de 2006

| Variáveis | Sinal Esperado | Coeficientes Não Estandarizados | | t | Significância |
|-------------------------|----------------|---------------------------------|-------------|--------|---------------|
| | | B | Erro Padrão | | |
| Constante | | 1,029 | 0,236 | 4,356 | 0,003* |
| END | + | -0,015 | 0,006 | -2,623 | 0,034** |
| N | | 9 | | | |
| R ² AJUSTADO | | 0,424 | | | |
| F Estatístico | | 6,883 | | | |
| Significância de F | | 0,034** | | | |

*Nível de significância de 1%

**Nível de significância de 5%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS

Anexo 12 - Resultados da regressão linear (IRO) no ano de 2005

| Variáveis | Sinal Esperado | Coeficientes Não Estandarizados | | t | Significância |
|----------------------------------|----------------|---------------------------------|-------------|--------|---------------|
| | | B | Erro Padrão | | |
| Constante | | -0,120 | 0,051 | -2,378 | 0,055*** |
| SEC | + | 0,172 | 0,058 | 2,951 | 0,026** |
| INTV | + | 0,008 | 0,002 | 4,796 | 0,003* |
| N | | 9 | | | |
| R ² AJUSTADO | | 0,872 | | | |
| F Estatístico | | 20,473 | | | |
| Significância de F | | 0,002* | | | |
| *Nível de significância de 1% | | | | | |
| **Nível de significância de 5% | | | | | |
| ***Nível de significância de 10% | | | | | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS

Anexo 13 - Resultados da regressão linear (IRV) no ano de 2005

| Variáveis | Sinal Esperado | Coeficientes Não Estandarizados | | t | Significância |
|--------------------------------|----------------|---------------------------------|-------------|--------|---------------|
| | | B | Erro Padrão | | |
| Constante | | 0,818 | 0,154 | 5,316 | 0,013** |
| REN | + | 0,023 | 0,009 | 2,662 | 0,076*** |
| END | + | -0,015 | 0,004 | -3,565 | 0,038** |
| CON | + | 0,009 | 0,002 | 4,831 | 0,017** |
| INTV | + | -0,004 | 0,002 | -2,700 | 0,074*** |
| INTB | + | -0,235 | 0,070 | -3,345 | 0,044** |
| N | | 9 | | | |
| R ² AJUSTADO | | 0,870 | | | |
| F Estatístico | | 11,699 | | | |
| Significância de F | | 0,035** | | | |
| **Nível de significância de 5% | | | | | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do SPSS